

Interação Presidencial, Medo e Banalização da Morte¹

Ricardo UHRY²
Kati Eliana CAETANO³
Universidade Tuiuti do Paraná, PR

RESUMO

No momento em que o mundo se depara com a batalha frente ao Covid-19, que já matou mais de 142 mil pessoas e infectou mais de quatro milhões de brasileiros, examina-se o processo de interação do presidente Jair Bolsonaro com cidadãos brasileiros. Os achados iniciais indicam aspectos complexos: salienta-se a incapacidade para assumir interação adequada, evidenciando-se uma comunicação contraditória que sugere medo de fazer frente ao vírus e, ao mesmo tempo, um paradoxal descaso que contribui com a banalização da morte.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; semiótica; presidente; Covid-19; morte.

INTRODUÇÃO

Final de setembro. Com a chegada da primavera, cada vez mais pessoas saem às ruas, vão às aulas, às compras, às praias, aos bares no fim de semana, sugerindo descuido com relação às medidas de enfrentamento da pandemia Covid-19, e as mortes só aumentam. Por quê? O Brasil contabiliza 142 mil mortes acumuladas frente a um milhão de mortos no mundo todo: está em segundo lugar em número de óbitos; no número de casos, posiciona-se em terceiro lugar; em mortes por milhão, ocupa um terceiro lugar. Enquanto outros continentes recuperam-se, o Brasil consolida-se como segundo país mais afetado pela pandemia no mundo, só abaixo dos Estados Unidos. O negacionismo presidencial, a falta de articulação entre os governos federal, estaduais e locais, em suma, uma combinação de “condições biológicas, negligência política e demora para agir” (CASTANHO; BALAGO, 2020) seriam as causas de tantas mortes.

O processo de interação comunicativa de quem ocupa a presidência da República está devidamente documentado jornalisticamente e disponível on-line na Web, o que

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação e Linguagens (Universidade Tuiuti do Paraná/UTP), membro do grupo de pesquisa INCOM Interações Comunicacionais, Imagens e Cultura digital (PPG UTP). E-mail: ricardo.uhry@utp.edu.br. <https://orcid.org/000-0001-6296-7258>.

³ Professora orientadora, docente titular do PPG em Comunicação e Linguagens (Universidade Tuiuti do Paraná/UTP), líder do grupo de pesquisa INCOM (PPG UTP).

permite análise discursiva de como o líder político se comporta diante de uma ameaça virótica global que causa tantas mortes, o que pode ser correlacionado com a sua postura frente à pandemia. As questões que norteiam este estudo de caso são: como é a interação do presidente com os cidadãos brasileiros? Por que o medo de enfrentar a pandemia? Teríamos chegado à banalização da morte?

A abordagem metodológica neste estudo de caso único (YIN, 2001, p. 61-67) foca o processo de interação comunicativa do político que está ocupando a presidência brasileira, para o que se utiliza – como fontes de evidências e de indícios de sua interação – documentação jornalística on-line, disponível na Web, e técnicas de pesquisa indiciária (BRAGA, 2008, p. 74-88; GINZBURG, 2007) e de análise de discurso (FAIRCLOUGH, 2001; GREIMAS; LANDOWSKI, 1986). Assim se busca abordar a interação comunicativa do presidente e refletir sobre sua contribuição para enfrentar desafios globais como o vírus e tecer considerações finais.

INTERAÇÃO PRESIDENCIAL

O advento da pandemia coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19) pode ser considerado como um acontecimento inesperado, relacionado ao “sobrevir”, que apareceu na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo todo, um “acontecimento que não poderia seriamente ser visado, ou seja, antecipado”, algo que ocorreu e “não pode ser apreendido senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo,” no dizer de Zilberberg (2011, p. 169).

Diante desse acontecimento (Covid-19), faz-se análise da interação presidencial frente à pandemia, desde 6 de fevereiro, quando o Brasil (2020) tornou públicas “as medidas para enfrentamento” do coronavírus, estabelecidas em Lei N.º 13.979, que foram aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e seu ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, os quais assumiram papéis actanciais de “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, de acordo com a semiótica de Greimas e Courtés (1983, p. 11-12). Na perspectiva da semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011, p. 174), a Lei pode ser considerada uma “ação” relacionada ao “pervir”, com andamento “lento, afirmação da progressividade”, temporalidade “prospectiva” e que era esperada.

Apresentados o acontecimento Covid-19 e a ação do Estado brasileiro, vamos nos ocupar da comunicação. A primeira indagação é que tipo de comunicação que predomina para o enfrentamento da pandemia. O Brasil tem uma estrutura comunicacional que envolve leis e outros instrumentos que disciplinam o funcionamento do Estado brasileiro por meio de normas que visam a não sobreposição dos direitos individuais e coletivos, entre os quais se encontra a comunicação oficial, que é a que engloba as informações públicas, como a que parte do Legislativo e é sancionada pelo Executivo, o que envolve “questões ligadas à comunicação entre Estado, governo e sociedade” (MATOS, 1999), trata-se do fluxo comunicacional entre o Estado e o cidadão para a vivência democrática.

A comunicação oficial deveria estar contida na comunicação pública, que, no entanto, na visão de Mattos (2007) “tem sido subestimada no Brasil”, reduzida “a aspectos secundários”, pois deveria considerar “todos os agentes sociais, conferindo a cada um peso específico. Jornalista, legislador, cidadão.” Nesse sentido, trata-se de uma “ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objeto é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo” e que “tende a promover um ambiente de confiança e cooperação entre os agentes” (MATOS, 2007, p. 56-57).

A “cooperação” não é o que se verifica, pois se evidencia uma postura centralizadora do presidente: “[em] algumas pessoas do meu governo, algo subiu à cabeça deles. Estão se achando demais. Eram pessoas normais, mas, de repente, viraram estrelas, falam pelos cotovelos, têm provocações”, referindo-se ao Ministro da Saúde. Há uma espécie de “lei do silêncio”, que tolhe inclusive auxiliares, como seu porta voz, que foi demitido. O presidente não aceita declarações que contrariam suas posições públicas: “Quem manda sou eu, vou deixar bem claro. Eu dou liberdade para os ministros todos, mas quem manda sou eu.” (URIBE; CARVALHO, 2020).

Duarte (2007, p. 59) também defende que, para ser considerada “comunicação pública,” exige-se: “(a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual e coletivo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) ser mais do que um processo informativo; (d) adaptar às necessidades dos públicos; (e) assumir a complexidade, tratando como um todo uno” (Adaptado de DUARTE, 2007, p. 59).

O que sugere que o presidente não só centraliza o processo, mas parece demonstrar descaso com as mortes pela pandemia. A propósito, Bombig (2020) registra “mais um exemplo do descaso com a Covid-19,” ao informar que o Ministério da Saúde “estuda a possibilidade de realizar um dia de conscientização sobre os cuidados com a doença.” No

entanto, o evento “foi postergado e não tem data para ocorrer. É só mais um exemplo, simbólico, da desimportância que Jair Bolsonaro conferiu à pandemia.” (BOMBIG, 2020, p. A4)

De tal forma as medidas de enfrentamento previstas na Lei não podem ser caracterizadas como comunicação pública, mas ser relacionadas como “Comunicação Oficial”, que seria a comunicação oficial pública do Estado brasileiro por meio da qual se estabelece, em leis, o “poder-fazer” dos actantes-sujeitos, o que será relacionada com a comunicação interativa do Presidente da República.

Diante desse contexto, para este estudo, consideramos a Comunicação Oficial, que é como definimos a comunicação do Estado, que engloba as ações conjuntas do Legislativo e do Executivo que criaram a Lei; e, por outro lado, a Comunicação interativa de um cidadão que está desempenhando a função de Presidente da República e que se manifesta falando, dando entrevistas, fazendo *lives* na Internet, participando de videoconferências etc. sendo suas interlocuções divulgadas pelos meios de comunicação. Assim delimita-se a análise e exclui-se a comunicação pública da Secom e do Ministério da Saúde e de demais órgãos do executivo, devido principalmente à tendência centralizadora do presidente.

O pressuposto que se assume é que a interação presidencial é um instrumento frente à pandemia e que a comunicação oficial estabelece o marco legal. Definimos interação como a comunicação de pelo menos duas pessoas, na qual se pressupõe convívio, diálogo, trato, contato constante, mas também envolve discórdia, confronto de percepções e contingências. É a interação atividade compartilhada, em que existem trocas e influências recíprocas, um conjunto de relações entre indivíduos, grupos ou mesmo entre grupos (adaptado de UHRY, 2010, p. 20).

No processo de interação presidencial de Bolsonaro com os brasileiros, destaca-se seu costume diário de sair da residência oficial Palácio da Alvorada e encontrar-se com cidadãos no “cercadinho”, local no qual interage, o que é registrado jornalisticamente e tornado público. Além disso, o presidente também costuma fazer visitas nas cercanias de Brasília e cidades satélites, apesar de que tais práticas estão em desacordo com o isolamento social estabelecido em Lei N.º 13.979, sancionada pelo próprio presidente Bolsonaro, e defendidas pelo Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Do que se evidencia que, apesar de ter sancionado a Lei, o presidente brasileiro assume uma postura de negação da pandemia: “está superdimensionado o poder

destruidor desse vírus” (9 março); “é muito mais fantasia” (10 março); 20 de março, 11 mortos por Covid19, o presidente declara que é: “uma gripezinha” (URIBE; CHAIB; COLETTA, 2020), como se não acreditasse que o vírus seja uma realidade e possa matar, o que é típico do medo do acontecimento, por não conseguir enfrentar que existe uma guerra virótica no Brasil. Em 26 de março, com 77 mortos: “brasileiro não pega nada” de vírus (CARVALHO, 2020, p. A6).

A interação de Bolsonaro contra as medidas de isolamento social implica mais do que a negação do perigo do vírus: em primeiro de abril disse: “vírus é igual a chuva. Você vai se molhar, mas não vai morrer” e, no dia seguinte, quando havia 299 mortos, ironizou: “Tá com medinho de pegar vírus?”. Em 12 de abril, havia 1.223 mortos e 22.169 infectados: “o vírus está começando a ir embora”; 20 de abril (2.575 mortos): “eu não sou coveiro”. (CARVALHO, 2020, p. A6).

O presidente Bolsonaro provocou aglomeração para fazer foto, abraçou pessoas, inclusive um idoso, colocou a mão no ombro delas, entre outras coisas que contrariam as regras recomendáveis de distanciamento social: "Estão destruindo o emprego no Brasil de forma irresponsável, até porque a curva (do vírus) não tem achatado." Bolsonaro retirava a máscara a todo momento para conversar com os simpatizantes. "Esse vírus vai pegar mesmo, não tem como fugir". (adaptado de FERNANDES, 2020b).

Podemos dizer que a interação reflete a “competência de comunicação”, conceito que Greimas e Courtés (1979, p. 63) assim definiram:

Conhecimento implícito ou explícito das regras psicológicas, culturais e sociais, pressupostas pela comunicação, não é mais do que a confrontação – contratual ou polêmica – de dois sujeitos competentes: sua competência desigual, positiva ou negativa, é, por um lado, modal (dando lugar a operações de manipulação), e, por outro lado, semântica (explicando a comunicação recíproca do saber e de seus mal-entendidos e ambiguidades).

As “regras psicológicas, culturais e sociais” pressupostas na comunicação são identificáveis: a interação presidencial pode assim ser analisada sob a ótica das “competências de comunicação interativa” (UHRY, 2010, p. 88-90), em que se propõem aspectos para avaliar a capacidade de interação, que podem permitir refletir sobre como é a comunicação: o presidente cria condições para fazer críticas úteis e de forma positiva? Será que é útil e lógico criticar as medidas de o isolamento social, tendo sido sancionadas pelo próprio presidente? E as críticas que o presidente faz podem ser consideradas fundamentadas em quê?

A interação presidencial tem força pela repercussão de seu discurso e serve como exemplo de forma que deveria manter coerência com as melhores práticas no contexto pandêmico internacional. Quanto à sugestão para avaliar a capacidade de interação do presidente: Percebe-se o presidente bem informado sobre o mundo e os saberes? E o que está demonstrando a interação presidencial? Há coerência com as “medidas de enfrentamento” que sancionou?

A interação pode ser considerada uma sequência de trocas comunicativas no sentido de expor seu ponto de vista, justificar-se, retraindo-se, e mesmo hostilizar entre o político e os cidadãos: a alguns seguidores quer agradar, aos demais, hostiliza e deprecia. É possível propor para avaliação da capacidade de interação do presidente: Consegue lidar com conflito e hostilidade, é aberto à crítica, não adotando postura defensiva?

Que dizer da interação entre Bolsonaro e o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, quando este reafirma e defende as medidas de enfrentamento e aquele as critica e publicamente as descumpra. No caso em estudo, a pandemia traz desafios para uma interação presidencial que aparentemente faz a defesa da economia, em detrimento de cidadãos que podem morrer se não houver as “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (BRASIL, 2020).

Quando o presidente ouve algo que o desagrada, relacionado à pandemia ou aos mortos, por exemplo, terceiriza a culpa dizendo que a responsabilidade é dos governadores, dos prefeitos, do Ministério da Saúde. Contrariado com cobranças, chegou mesmo a ameaçar de não ir mais no “cercadinho” para conversar com o povo. Sob tal aspecto, é possível acrescentar na avaliação da capacidade de interação do presidente: Como age ao ser confrontado com opiniões divergentes? Consegue negociar e apelar para mediação, quando necessário? É capaz de discutir pontos de vista e a fazer parcerias? A propósito, Fiorin (2019) fez análise do discurso de Bolsonaro, em que destacou:

Esse discurso maximiza os extremos, eliminando a moderação na política, pois a vê como conflito, preferindo os confrontos, priorizando uma lógica de guerra permanente no país, fechando o espaço para consensos, negando-se a resolver as diferenças pela discussão e a negociação (FIORIN, 2019, p. 381).

No caso em análise, com relação à pandemia, não há negociação, mas confronto: evidencia-se uma postura contraditória em que há as “medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública” (BRASIL, 2020), e o Ministério da Saúde recomenda isolamento social e uso de máscaras de proteção em relação ao vírus, mas o presidente na

sua interação desconsidera e o hostiliza (apesar de a ter sancionado!), interagindo contra o isolamento social recomendado e desprezando o uso de máscaras.

Trata-se de uma atuação interativa e conflitiva paradoxal com o seu auxiliar ministro. Evidencia uma divergência entre os “actantes-sujeitos” dotados de modalidades “querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer”, uma vez que o actante Ministro da Saúde quer “fazer-fazer” valer o isolamento social e o actante Presidente quer impor “fazer não fazer”. Sem negociação, Bolsonaro demitiu o Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, devido ao conflito quanto à necessidade de cumprimento das medidas de distanciamento social: “Bolsonaro foi negacionista desde os primeiros dias. A gente tentava trazê-lo de volta para a realidade. Mas ele se recusou. E se recusa até hoje a encarar a realidade, de que é falso o dilema entre economia e saúde (VARGAS, 2020).”

E, no final de abril, quando havia 5.901 mortos, contrariando os especialistas, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o isolamento social não teve impacto no achatamento da curva de infecção do novo coronavírus. “Até porque 70% da população vai ser infectada.” O presidente vem descumprindo as recomendações de distanciamento social e passeia por regiões de comércio e promove aglomerações. Embora a flexibilização do distanciamento social seja defendida enfaticamente pelo presidente, o novo ministro da Saúde, Nelson Teich, defende que “a gente tem uma definição clara: o distanciamento permanece como a orientação”. (FERNANDES, 2020a).

No caso, evidencia-se uma interação que pode ser considerada autoritária e prepotente, ao que se acresce que o presidente leigo na área de saúde recomenda impositivamente o uso de cloroquina, o que é desaconselhado pelos médicos especialistas e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo órgão de controle de saúde norte-americano Food and Drug Administration (FDA). Outro conflito que levou ao pedido de demissão de Nelson Teich, ministro da Saúde. Na avaliação da capacidade de interação do presidente: Evidencia tolerância na conversação, permitindo o retorno do outro e respeitando a contra palavra (feedback)?

As medidas defendem os interesses coletivos de preservar a saúde da população, mas o actante presidente em sua interação parece mais preocupado com interesses econômicos. Em 14 de maio, com 13.993 mortos, defende o fim das medidas de isolamento social: “Tem que abrir, vamos morrer de fome, a fome mata. É o apelo que faço aos governadores”, sugerindo terminar com o isolamento social (CARVALHO, 2020, p. A6).

Trata-se de uma interação que sugere uma relação de contradição devido ao presidente sancionar medidas de enfrentamento da pandemia, que são uma ação frente ao acontecimento (Covid-9) e, ao mesmo tempo, interagir de forma contrária à ação (Lei), o que caracteriza uma “Comunicação Alternativa”, desencadeada a partir da interação do presidente, que pode ser considerada uma forma modal de fazer com que o actante Ministro da Saúde aceite “fazer não fazer” a Lei N.º 13.979, que ambos subscreveram, o que afeta a todos.

Com o que se cria tensão: se o actante ministro não aceita se submeter, o actante presidente pode demiti-lo e nomear outro, e mais outro, até encontrar um que se submeta, o que acaba por transformar a ação (Lei, que deveria ser uma prática), em um acontecimento para a população, pois se torna inesperado o que irá ocorrer (adoção ou não das medidas, o que poderá significar menos ou mais infectados/mortos), em lugar do que seria esperado (a adoção das medidas, o que pode contribuir com menos infectados/mortos), como se demonstra na figura seguinte.

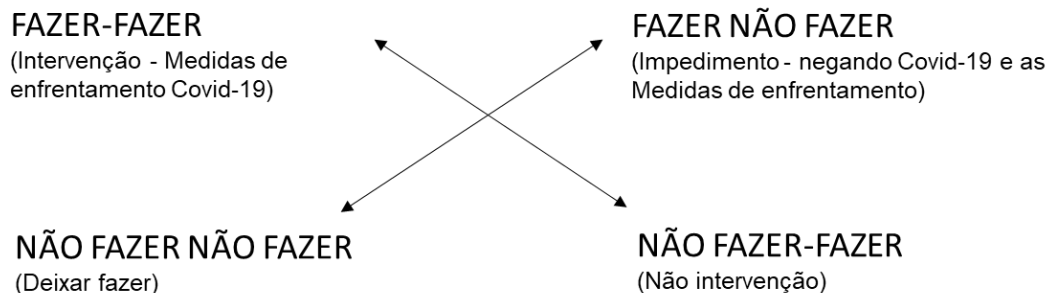


Figura n.º 1: Estruturas modais do tipo factitivo no quadrado semiótico. Fonte: adaptado de GREIMAS; COURTÉS (1983, p. 269).

Na figura referida evidenciam-se as “estruturas modais do tipo factitivo”, uma “configuração discursiva” manipulativa “sustentada por uma estrutura contratual e, ao mesmo tempo, por uma estrutura modal” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 270), de forma que os actantes estão impelidos a uma “posição de falta de liberdade”, pois, diante da Lei, sancionada sob a égide do “querer fazer, saber fazer e poder fazer,” criou-se a “obrigação de aceitar o contrato proposto” que, no caso concreto, são as “Medidas de enfrentamento do Covid-19”.

Com relação ao que se sugere uma contradição, em que, para fazer frente à pandemia, o Estado adotou ação de intervenção (medidas de isolamento) que, em

decorrência da interação presidencial contrária, as transformam em um acontecimento imprevisível. É possível analisar a comunicação interativa do presidente como estratégia discursiva sob a perspectiva semiótica, sendo possível destacar um cruzamento enunciativo que pode ser associado ao “quadrado semiótico” de Greimas e Courtés (1983, p. 364-368), em que “ao menos dois termos” se encontram em “distinção de oposição”:

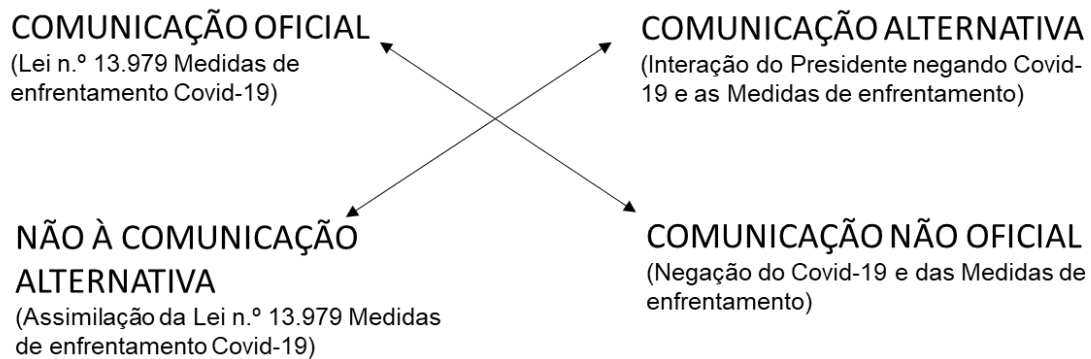


Figura n.º 2: Contradição entre comunicação oficial e interação presidencial. Fonte: autor.

Trata-se de uma clara contradição comunicativa, pois o Presidente oficialmente sancionou a Lei n.º 13.979 (“asserção” Comunicação oficial, “fazer-fazer”), uma ação que estabelece as medidas para enfrentar a pandemia e, em sua interação, coloca-se na postura negacionista (“negação” Comunicação alternativa, “fazer não fazer”), o que pode induzir seus seguidores, simpatizantes e mesmo demais cidadãos a “uma relação de complementaridade”, tornando possível que o negacionismo e o descumprimento das medidas, a partir da interação presidencial, venham a “produzir essas duas implicações paralelas” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 365) inicialmente não previstas (acontecimentos inesperados) e que estão representadas na figura n.º 2:

- (i) O cidadão não seguir as medidas sanitárias, por influência da “Comunicação alternativa”, em decorrência da interação presidencial, o que pode contribuir com mais infectados/mortos, o que sugere eficácia de uma “Comunicação Não-oficial” que nega o Covid-19 e as Medidas de enfrentamento, por influência do caráter mítico e de movimentos identitários com o Presidente;
- (ii) O cidadão assimilar a “Comunicação oficial” e cumprir as medidas de isolamento social frente à pandemia, o que implica em um “Não à Comunicação Alternativa”, desconsiderando a interação presidencial.

Refletindo: pelo fato de a interação envolver a possibilidade de discórdia de um ponto de vista de um actante (presidente) com relação a outro actante (Ministro da Saúde, por exemplo), quer dizer que uma pessoa pode discordar de si próprio? Como alguém sanciona uma lei com medidas das quais discorda? A “modalidade factitiva é uma estrutura modal hipotáxica que se constitui uma comunicação contratual” que pode ser associada a “configurações complexas de manipulação” (GREIMAS; COURTÉS, 1983, p. 177-178). Do que se sugere que a manipulação presidencial, por meio da interação, contribui para transformar uma ação (Lei) em um acontecimento inesperado.

Para o Ministério da Saúde seguiu-se a nomeação de um general da ativa, Eduardo Pazuello, um leigo e sem expertise na área de saúde, o qual, submisso e alinhado ao presidente, subscreveu sua ordem de recomendação e compra do remédio cloroquina, e cumpre ordens. Magalhães (2020) relata que o Ministério da Saúde preparou “propaganda, pelos canais oficiais, do kit Covid, composto por medicamentos sem eficácia comprovada”, mas o Instituto Questão de Ciência reuniu cientistas e sete ex-ministros da Saúde com o propósito de esclarecer e “desmascarar o obscurantismo” (MAGALHÃES, 2020, p. A6). Na avaliação da capacidade de interação do presidente: Percebe-se o presidente aberto a conhecer as ideias alheias, a receber sugestões e interagir? Reconhece questões que envolvem a complexidade da área de Saúde?

Antes de o presidente ser contaminado pelo vírus, entre os cidadãos que iam interagir com o presidente, na frente da residência oficial, no local denominado “cercadinho”, esperava-se que fossem seus seguidores e simpatizantes que, além de ouvir as palavras de seu líder populista, poderiam tirar selfies. Agora eles poderiam querer ser ouvidos, o que não agrada muito o presidente, pois os cidadãos podem fazer questionamentos ou trazer uma indagação. Se abordarem pandemia, ou falarem no número de mortos, é algo que não agrada ao presidente, que não gosta de ser contrariado. A incluir na avaliação da capacidade de interação do presidente: Consegue estimular o outro a dialogar, buscando a convivência?

Chegou-se a limitar as informações sobre a situação do Covid-19 no Brasil. “Ao acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país”, disse Bolsonaro, complementando que, com isso, “acabou matéria no Jornal Nacional”. Os principais jornais montaram um consórcio para ter acesso direto aos dados junto às secretarias de saúde dos estados (Adaptado de BATISTA, 2020).

Para avaliar a interação: percebe-se o presidente aberto aos acontecimentos? Como age, quando as informações não agradam?

Os aspectos destacados da interação do presidente podem ser relacionados com os números crescentes de mortes pelo Covid-19 e sugerir como o presidente está se saindo na administração da pandemia, ao incentivar implicitamente o descumprimento das “medidas de enfrentamento”. “Se a economia afundar, afunda o Brasil”, disse, salientando os efeitos econômicos das “medidas,” destacando os “empregos destruídos, informais sem renda, país à beira da recessão”, o “efeito colateral do combate ao vírus não poderia ser pior que o próprio vírus”; e que há “excesso de preocupação apenas com uma questão [saúde] e não podia despreocupar com a outra [economia]”(CARVALHO, 2020, p. A6). A competência de interação comunicativa do presidente a ser avaliada pode ser: Consegue formular argumentações com proficiência? Assim, ficam para reflexão as questões sobre a competência interativa presidencial frente à pandemia.

DO MEDO À BANALIZAÇÃO DA MORTE

Assim, os brasileiros nos defrontamos com uma sombra pairando sobre nós na forma de um vírus, o que nos faz sentir medo da morte que pode acontecer cada vez mais em decorrência da inabilidade interacional do presidente. A pandemia nos lembra de nossa finitude e pode provocar o reexame de nossa vida e fazer com que nos defrontemos com uma análise crítica da interação de um político eleito para enfrentar os desafios que a realidade global coloca e que tem demonstrado descaso em assumir seu papel frente ao vírus com apoio dos “deuses” da ciência, algo que o presidente desconsidera, como se fosse desimportante.

Trata-se de despreparo para a função de líder? Sugere o medo do presidente para enfrentar o desafio mortal? A interação do presidente brasileiro prega o fim do isolamento social e a reabertura do comércio, dos shoppings e outros locais de aglomeração, com o que estará implicitamente banalizando a morte de seus cidadãos? Sintetizando, evidenciam-se as seguintes fases em sua interação:

(i) Negação: em 5 de junho, com mais de 35.000 mortos, o presidente resolve não mais divulgar, como se tentasse esconder os números de mortos para resolver a questão: “É para pegar dados mais consolidados.” Mas os infectados e as mortes crescem. Há uma crise pandêmica em que se evidencia muito medo e o presidente quer “evitar

subnotificações e inconsistências”, o que o levam a dizer: “vamos esconder os números de mortos” (BATISTA, 2020), quando chegou aos 35.000 brasileiros mortos pelo Covid-19. Em 15 junho, Bolsonaro contesta as 43.959 mortes, ao dizer que o número de mortes “não condiz com a realidade. Muita gente falece de várias comorbidades e, entre elas, o Covid”, como se não houvesse tantas vítimas do vírus. E continua numa postura negacionista, defendendo cloroquina e preocupado com a economia, falando em “desemprego, sem renda, recessão” (CHAIB; CARVALHO, 2020).

(ii) Raiva da pandemia, acabou virando um lamento raivoso em 28 de abril, com 5.083 mortes: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (CHAIB; CARVALHO, 2020). Parece estar com medo de enfrentar a pandemia e, ao mesmo tempo, com muita raiva de que a “gripezinha” venha matando. Justifica que não pode fazer milagres, sendo Messias só de nome e sentindo raiva.

(iii) Aceitação das mortes: em 3 de maio, com 7.025 mortos e 101.147 infectados, finalmente admite: “Muitos perderão a vida, é uma realidade.” Em 7 de maio, diante de 9.146 mortos e 135.106 infectados, o presidente consola: há “um bem muito maior que a própria vida, que é nossa liberdade”. Em 2 de junho, diante de 31.199 mortos e 555.383 infectados: “Eu lamento todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Em 6 de agosto: “A gente lamenta todas as mortes, vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6).

A interação do presidente parece contribuir para aumentar o medo de cada vez mais infectados/mortos, além de causar tristeza, sentimento de culpa e aflição diante da realidade de mais de 142 mil mortos e 4.748.327 casos confirmados com o vírus em 28 de setembro, evidenciando-se descaso do governo federal. Uma das possíveis razões é apresentada pelo site de verificação de fake news Aos fatos: “o presidente proferiu mais falas falsas ou distorcidas ao dar declarações espontâneas durante entrevistas e transmissões ao vivo nas redes sociais”, ou seja, exatamente em sua comunicação interativa há “60,6% das declarações consideradas falsas ou distorcidas” (RIBEIRO; CUNHA, 2020).

O presidente parece mobilizar a pulsão de morte, aceita que os brasileiros morram, o que “é o destino de todo mundo”, embora queira “se safar”. Parece mais a aceitação da morte alheia. E, com relação a sua própria morte e de sua família? Trata-se de algo que não cogita, sugerindo que, na aparente aceitação das mortes, esteja implícito o seu medo do vírus e da morte.

E, mesmo ao “aceitar” as mortes em decorrência do vírus, continua se justificando que todos morrem e que temos um “bem maior que a vida, a nossa liberdade”. E deixa claro seu propósito: “tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6). Será que tal interação contribui com os que podem se infectar/morrer?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de o processo de interação comunicativa de quem ocupa a presidência brasileira estar registrado jornalisticamente, e disponível on-line na Web, permitiu-nos analisar discursivamente como o presidente brasileiro se comporta diante de uma ameaça pandêmica global que causa mortes em massa e ocasionou uma ruptura na representação social da realidade, ao banalizar as mortes, o que pode ser relacionado a:

- (i) sua incapacidade de interagir adequadamente para fazer frente à ameaça pandêmica, o que fica evidente ao avaliarmos as competências interativas de comunicação do presidente;
- (ii) a desmobilização do Ministério da Saúde com a demissão de dirigentes com expertise na área de saúde e técnicos capazes, substituídos por militares leigos;
- (iii) sua incapacidade de interagir com prefeitos, governadores e demais instituições, poderes e grupos representativos de forma a unir o país e fazer frente aos desafios da Covid-19;
- (iv) a comunicação interativa inadequada frente à pandemia, do que se evidenciou uma contradição entre a comunicação oficial (Lei n.º 13.979) e a interação negacionista do Presidente, sugerindo descaso para lidar adequadamente com o acontecimento Covid-19, apoiar a ação (Lei) adotada frente à pandemia e articular-se com estados, prefeituras e demais entes do Estado.

Chega-se assim às seguintes constatações finais: 1º) a inabilidade interativa do atual presidente sugere seu medo de enfrentar a pandemia; 2º.) a postura do presidente brasileiro é equivocada – como se destacou no estudo –, o que pressupõe que se adotasse uma interação adequada poderia mobilizar forças para enfrentar, de forma conjunta, com interações voltadas à conciliação e à busca de soluções e, assim, melhor enfrentar a pandemia, que é o que o presidente não vem conseguindo, o que se reflete no número crescente de mortos e infectados.

Finalmente, ao não apoiar a ação do Estado (Lei), afirmar que “lamenta todas as mortes” e, ao mesmo tempo, propõe: “tocar a vida e se safar desse problema” (CARVALHO, 2020, p. A6), demonstra descaso com a pandemia, que provocou mais de 142000 mortos, levou mais de 4 milhões de brasileiros a contraírem o vírus. Diante disso, poder-se-ia falar em banalização da morte?

REFERÊNCIAS

BATISTA, E. L. Veja quais são os dados sobre coronavírus que governo vem retirando de divulgações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/veja-quais-sao-os-dados-sobre-coronavirus-que-governo-vem-retirando-de-divulgacoes.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

BOMBIG, A. Mais um exemplo do descaso com o Covid-19. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Política, Coluna do Estadão, sáb., 3 out. 2020, p. A4.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES** n. 2, abril 2008, p. 74-88.

BRASIL. Poder Legislativo. Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 7 fev. 2020.

CARVALHO, D. Relembra frases de Bolsonaro sobre a pandemia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, sáb., 19 set. 2020, p. A6.

CASTANHO, L.; BALAGO, R. Mundo chega a 1.000.000 de mortos pelo coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/mundo-chega-a-1000000-de-mortos-pelo-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

CHAIB, J.; CARVALHO, D. 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: _____. (Org.) **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, p. 59-71.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FERNANDES, T. Bolsonaro volta a provocar aglomeração após país ultrapassar 6 mil mortos por coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-volta-a-provocar-aglomeracao-apos-pais-ultrapassar-6-mil-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020a.

_____. Bolsonaro contraria consenso científico e diz que isolamento foi inútil contra Covid-19. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/bolsonaro-contraria-consenso-cientifico-e-diz-que-isolamento-foi-inutil-contracovid-19.shtml>. Acesso em 29.9.2020b.

FIORIN, J. L. Operações discursivas do discurso da extrema-direita. **Discurso & Sociedad**, Vol. 13(3), 2019, 370-382 382.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

GREIMAS, A. J.; LANDOWSKI, E. **Análise do discurso em Ciências Sociais**. São Paulo: Global, 1986.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1983.

MAGALHÃES, V. Quando a Ciência grita. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Política, dom., 4 out. 2020, p. A6.

MATOS, H. Comunicação Pública: Democracia e Cidadania: o caso do legislativo. **XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/783e6552ae7775c83c58acadb0563e.PDF>. Acesso em 29 set. 2020.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (Org.) **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007, p. 47-58.

RIBEIRO, A.; CUNHA, A. R. Bolsonaro deu 653 declarações falsas ou distorcidas sobre Covid-19 em seis meses de pandemia. **Aos fatos**, São Paulo, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em 2 nov. 2020

UHRY, R. **Estratégias de comunicação interativa**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

URIBE, G.; CARVALHO, D. Centralizador, Bolsonaro acumula desgaste para frear ministros e até Mourão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/centralizador-bolsonaro-acumula-desgaste-para-frear-ministros-e-ate-mourao.shtml>. Acesso em 2 nov. 2020

URIBE, G.; CHAIB, J.; COLETTA, R. D. 'Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar', diz Bolsonaro sobre coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.shtml>. Acesso em 29.9.2020.

VARGAS, M. Negacionista desde o início, diz Mandetta sobre Bolsonaro. **Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/negacionista-desde-o-inicio-diz-mandetta-sobrebolsonaro,aaa3321b317e8233ec58e02a4930e266m054y0ix.html>. Acesso em 18.8.2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZILBERBERG, C. **Elementos de semiótica tensiva**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.